



## PLANO DE ENSINO

CURSO: PEDAGOGIA	Ano: 2016
Disciplinas: EP097- OGEB II (2º semestre) – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA Carga Horária: sessenta horas	
Professor (a):	
<b>Ementa :</b> A legislação complementar vigente, em âmbito nacional e local, na educação básica e suas relações com a organização e gestão da escola. Análise dos indicadores sociais e educacionais, quantitativos e qualitativos, referentes à demanda, à oferta e à qualidade da Educação Básica em suas diferentes etapas e modalidades.	
<b>Programa:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Indicadores quantitativos de matrícula; condições de oferta; cobertura e resultados de aprendizagem, quando couber, nos diferentes níveis e modalidades da educação básica.</li><li>2. Gestão da escola de educação básica.<ul style="list-style-type: none"><li>- Programas específicos de fomento à gestão da escola (????): PDE escola, ...</li><li>- Legislação estadual e municipal sobre conselhos escolares; eleição de diretores; grêmios.</li></ul></li><li>3. Organização da educação básica as especificidades das diferentes etapas e modalidades da educação básica.<ul style="list-style-type: none"><li>- Legislação nacional, estadual e municipal específica para cada etapa ou modalidade de ensino (educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, educação do campo, educação quilombola, educação indígena, legislação sobre as questões de afro-brasileiros, educação à distância, TIC – Tecnologia d Informação e Comunicação e implicações na educação).</li><li>- Dissertações específicas sobre cada etapa e modalidade de ensino – (RETIREI ESTE TÓPICO PORQUE ISSO SE REFERE ÀS FONTES DE INFORMAÇÕES PARA TODOS OS TEMAS).</li></ul></li><li>4. O Plano Nacional de Educação/2001- aspectos históricos, proposições centrais, posicionamentos das gestões governamentais seguintes em sua implementação.</li><li>5. A CONAE/ 2010 - aspectos histórico-políticos e proposições centrais.</li><li>6. A Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. MEC- CNE/CEB ..</li><li>7. A diversidade no seu sentido mais abrangente: político, social, cultural, jurídico, educacional.</li></ol>	



**Metodologia:**

Aulas teórico-expositivas., análise e discussão de textos, construção de textos, seminários.

**Recursos didáticos:**

Quadro-de-giz, multimídia, textos de apoio.

**Avaliação:**

produção discente de textos, avaliações individuais sem consulta.

**Bibliografia:**

- ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.
- ANDERY, M.A. Olhar para a história: caminho para compreender a ciência hoje. In: ANDERY, M.A. (org.) Para compreender a ciência hoje: uma perspectiva histórica. RJ:Espaço e Tempo: SP:EDUC, 1988. P. 11-18 e P. 435-446.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária.** São Paulo, Ed. Ática, 2001.
- BRASIL. Constituição Federal Brasileira. 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.
- BRASIL. Ministério de Educação. Relatório Final da CONAE/2010.
- BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo, Cortez, 1998, 2.<sup>a</sup> ed.
- BRZENSKI, Iria (org). LDB dez anos depois: reinterpretção sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesa. In: BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? SP:Cortez, 6.ed. 1996. P.11-29.
- CISESKI, Angela Antunes e ROMÃO, José Eustáquio. Conselhos de escola – coletivos instituintes da escola cidadã. In:GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. (orgs).Autonomia da escola: princípios e propostas. 2.ed. SP: Cortez, 1997.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Parecer 30/ 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb030\\_00.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb030_00.pdf)> Acessado em julho de 2007.
- \_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica. Resolução 04 de 13 de julho de 2010- Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.
- CURY, C R J A educação básica no Brasil. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 169-201, set./ 2002
- CURY, C R J Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa.In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>
- FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E LAICA. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96. Curitiba: AP Sindicato, 1997
- FREIRE, Paulo Política e Educação. 4<sup>a</sup> edição. São Paulo: Cortez, 2000.
- FOOT, Hardman & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** 2.ed. São Paulo, Ed. Ática S.A., 1991.
- GANDIM, Danilo A Prática do Planejamento Participativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. A posição do planejamento participativo como ferramenta dde intervenção na realidade. In: Currículo sem fronteiras, v.1, n.1, pp. 81-95, Jan-Jun.2001. site: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org).
- GIROUX, Henri. Estudos culturais, resistindo à diferença e o retorno à pedagogia crítica. In: GIROUX, Henry. Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre,: Artes Médicas Sul, 1990. P.189-209.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sócio-política. SP: Cortez, 2001.



GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934): Às margens da história (História e grupos sociais subalternos). In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. RJ, Civilização Brasileira, 2002. P.131-45.

GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel- as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre, L e PM Editores, 1995.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa C. (org.) Estado e políticas sociais no neoliberalismo. SP:Cortez, 1997. P.155-57.

LIMA, L. Organização escolar e democracia radical. SP: Cortez, 2000.MEC. Planejamento Político – Estratégico (1995-1998).

LUCKESI, Cipriano. Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino. In: Avaliação da aprendizagem escolar. 9. ed São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA Sônia Guariza. Políticas educacionais do estado no Brasil: suas relações com a sociedade civil e a educação do campo.(Org.). In: A Educação do Campo em movimento. Vol. I. Curitiba, Editora da UFPR, 2010. (No prelo).

OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P.24-8.

PAIM, Alexandre. Desigualdade se aprende na escola. In: O direito de pensar e instruir-se. Jornal A Nova Democracia. Fevereiro de 2005. P. 30.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: A escola cidadã no contexto da globalização / Luiz Heron da silva (org.) Petrópolis: Vozes, 1998, p. 300-307.

\_\_\_\_\_. O custo do ensino público no Estado de São Paulo. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: FCC, 1982.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. Decreto nº 6755 de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – no fomento a programas de formação inicial e continuada e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Reprovação escolar: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis, Vozes, 1987, 9ª. ed.

SADER, Emir. Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In:Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs.) Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. P.121-30,

SANTOS, Milton. Os deficientes cívicos. In: Folha de São Paulo,Caderno Mais, 24-01-1999.P.8.

\_\_\_\_\_.A era da inteligência baseada na máquina. In: TRINDADE, Azoilda L. da. Multiculturalismo: mil faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p.149-157.

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei de Educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1997.

\_\_\_\_\_. Problemas e perspectivas da escola pública brasileira à luz do Plano Nacional de Educação (2001). Mimeo.

SHIROMA, Eneida Oto & MORAES, Maria Célia M. & EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 3.ed. RJ: DP&A, 2004.

SNYDERS, GEORGES. Duplo rosto das crianças do proletariado. In: SNYDERS, G. Escola, classe e luta de classes. 2.ed. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1991. P.367-90.



SOUSA, Sandra M. Zákia L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar.

Cadernos de Pesquisa. São Paulo: FCC/Autores Associados, n.119, jul. 2003, p.175-190.

TAVARES, Tais Moura Gestão municipal da educação, organização do sistema nacional e regime de colaboração: algumas questões. Curitiba: Educar em revista, vol. 22, 2003. Disponível em: <http://www.ser.ufpr.br/educar>

VALENTE, Ivan. Plano Nacional de Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

  
**Cláudio Martin Rocha**  
148199  
Coordenador Geral

